

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.004 - SC (2019/0290209-9)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : JEFFERSON DAMIN MONTEIRO**  
**ADVOGADO : JEFFERSON DAMIN MONTEIRO - SC026790**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : WILLIAN BURATO GOMES**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

## DECISÃO

O paciente alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*.

Busca a defesa, inclusive liminarmente, seja determinado o **trancamento da ação penal**, que investiga a suposta prática de tráfico de drogas e respectiva associação pelo paciente, por inépcia da denúncia e ausência de justa causa para a persecução criminal. Subsidiariamente, pugna pela **expedição de alvará de soltura** em favor do acusado, por entender inidônea a motivação adotada para decretar a prisão preventiva.

### **O pedido de urgência não comporta acolhimento.**

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto que, ao decretar a medida extrema, o Juiz de primeiro grau delineou a suposta participação do paciente e as graves circunstâncias dos delitos sob apuração, motivação que, a um primeiro olhar, e apta a denotar sua periculosidade e, portanto, a necessidade do acautelamento da ordem pública, haja vista o fundado risco de reiteração delitiva.

Segundo consta do ato judicial, por meio de diálogos interceptados, foi possível verificar indícios razoáveis da participação do investigado "no comércio ilícito de entorpecentes comandado por Allan, o qual, segundo se extrai, era seu o fornecedor. Constan das conversas aparentes solicitações de drogas pelo representado, bem como a intenção deste de pagar as dívidas contraídas com Allan". Além disso, "as conversas denotam a provável participação do representando em roubos a estabelecimentos comerciais, como um fato ocorrido em 18/01/2018 no Fort Atacadista de Içara/SC" (ambos à fl. 842).

O Magistrado ressaltou a **suposta existência de organização criminosa** liderada por Allan Gomes Barreto e Willian Cândido, voltada, principalmente, à prática do crime de tráfico de drogas, dentre outras condutas ilícitas. Justificou a "**necessidade de resguardo da ordem pública**" ante "a natureza dos crimes e, concretamente, do suposto vínculo associativo apontado como integrante de organização criminosa, qual, [...], é responsável por movimentar **grande quantidade de substâncias ilícitas no Estado**". Nesse ponto, houve o registro de "que foram apreendidos mais de R\$ 2 milhões por meio de procedimentos investigativos" contra o bando (ambos à fl. 846).

Consta no édito prisional que "as evidências demonstram, em relação a cada um dos representados [...], que **não se está diante da prática de tráfico de entorpecentes ocasional**" (fl. 846). Ademais, houve o destaque para a urgência da cautela, pois "**o contexto do suposto tráfico de drogas investigado, evidentemente de forma intensa, não cessa da noite para o dia**. Pelo contrário, ao que tudo indica, **as atividades criminosas investigadas perduram e se propagam no tempo**". (fl. 847) Os "representados **utilizam a criminalidade como meio de vida** [...], mostrando-se a segregação necessária para estancar" suas atividades (fl. 848).

Desse modo, não é possível deferir o pleito de urgência, pois: "A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (STF, Primeira Turma, HC n. 95.024/SP, Rel. Ministra Cármen Lúcia, DJe 20/2/2009)" (**RHC n. 73.712/RS**, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, 6ª T., DJe 9/2/2017).

Por fim, impende consignar que, conforme reiterada jurisprudência desta Corte Superior, o trancamento de processo em habeas corpus, por ser medida excepcional, somente é cabível quando ficarem demonstradas, **de maneira inequívoca e a um primeiro olhar**, a atipicidade da conduta, **a absoluta falta de provas da materialidade do crime e de indícios de autoria** ou a **existência de causa extintiva da punibilidade**. No mesmo sentido, o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal: **HC n. 114.223/SP**, Rel. **Ministro Teori Zavascki**, 2ª T., DJe 12/11/2015.

***In casu*, não verifico, a um primeiro olhar, a configuração de alguma dessas hipóteses autorizadoras.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ademais, para análise das alegadas ausência de justa causa e inépcia da denúncia, é indispensável o exame acurado dos autos providência inadequada para este momento processual, devendo ser analisado em momento oportuno pelo órgão colegiado, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

Ressalto que, para averiguar a real participação do paciente na empreitada criminosa, é necessária dilação probatória, providência incompatível com a via estreita do habeas corpus.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, sobretudo quanto à eventual prolação de sentença na ação penal objeto deste *writ*, com o envio de cópia do ato decisório respectivo, **via malote digital.**

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**